



O DESLOCAMENTO DE SENTIDO DO PLATONISMO À SOFÍSTICA: UM JOGO DA ESCRITURA

Valdicléa Souza

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagens e representações da Universidade Estadual de Santa Cruz – Bahia.
valdicleasouza@hotmail.com

Resumo: Neste artigo, apreciamos alguns modelos de representação do quadro de comunicação e da construção de sentido. Para tanto, fizemos um recorte do platonismo e da sofística. Dentro desse recorte investigativo, observamos como as categorias discursivas do autor e do leitor, em sua relação com o signo, são representadas. A partir do fenômeno conhecido por Foucault como descontinuidade e por Bakhtin como já-dito, analisamos a manifestação do platonismo e da sofística na modelagem do autor e do leitor em sua correlação com a palavra em outras cenas enunciativas. O intuito desse trabalho é problematizar o modelo contemporâneo de representação, no sentido de que ele apresenta rastros de uma sofística.

Palavras-chave: Significação. Poder. Metafísica. Platonismo. Sofística.

DISPLACEMENT OF MEANING FROM PLATONISM TO SOPHISTRY: A GAME OF SCRIPTURE

Abstract: *In this paper, we study some paradigms of representation concerning the issue of communication and construction of meaning. We construct a profile of the Platonism and Sophistry. In this investigation profile, we note how the discursive categories of reader and author, in their relationship with sign, are represented. From the phenomenon known by Foucault as discontinuity and for Bakhtin as already-said, we analyze the manifestation of Platonism and Sophistry in the shaping of author and reader, in their interconnection with the word in other enunciative scenes. The aim of this essay is to challenge the contemporary paradigm of representation, in the sense that it exhibits traces of a Sophistry.*

Keywords: *Meaning. Power. Metaphysic. Platonism. Sophistry.*

* * *

1. Introdução

O processo de significação, desde Platão até os dias atuais, é um fenômeno que intriga e inquieta estudiosos de diversas áreas do saber, quais sejam: a filosofia, a psicologia, a sociologia, a antropologia, os estudos culturais, a literatura, a

lingüística, ciência legitimada, autorizada oficialmente a construir sistemas epistemológicos sobre a significação.

Todo desenvolvimento humano foi circundado pela problemática questão do sentido, do poder e do saber. Estes elementos, na história, sempre mantiveram uma estrita relação, tornando-se, muitas vezes, confundíveis e inseparáveis. Tencionamos, com isso, afirmar que o sentido, o poder e o saber interseccionados imprimem às representações um caráter de verdade e centralidade. A construção dos mitos de origem da vida, de origem da linguagem e do pensamento são exemplos elucidativos desse querer entender e dominar o mundo, o outro e a si dos filósofos e dos cientistas. O mito, o silogismo, o método científico são criações técnicas que permitem a fundação de mundos simbólicos de representação das coisas e de realidades. Por conseguinte, pensar em conhecer e em significar é, sobretudo, refletir sobre quem está autorizado a construir conhecimento; quem está legitimado, segundo uma lógica discursiva, a criar papéis, lugares, espaços e posições de enunciação.

Com efeito, a busca por explicações para o fenômeno da significação e a posição assumida por um sujeito autorizado foram os mecanismos que possibilitaram a construção de grandes modelos representacionais do saber que afetaram os homens e os obrigaram a repetir, a crer, a defender e a intercambiar uma episteme¹ por um tempo determinado.

Desse modo, cada modelo, obedecendo a uma lógica fomentada em contextos histórico, social, cultural, ideológico e de poder e em um determinado espaço-tempo, problematiza e responde às inquietações que surgem em um momento histórico específico. A posição assumida nesse artigo descortina a “verdade” de um modelo que parece insuperável, já que foi firmado na rocha da dialética. O que vem depois é sempre uma negação de uma afirmação. É conveniente salientar que a dialética não pressupõe aqui uma anulação de um em detrimento do outro. Negar é a condição fundante da afirmação, formando, nesse processo, uma unidade perpassada pela diferença. Tal assertiva se estende às noções de signo e da própria representação do circuito de significação. Dessa forma, queremos significar (a partir da posição assumida aqui) e compreender as reduplicações do circuito de significação nos sistemas representacionais ocidentais mais significativos. Entendemos o circuito de significação como um processo que envolve a construção do dizer. Portanto, temos sujeitos falantes e sujeitos falados se manifestando e se concretizando através de um sistema enunciativo.

Além disso, desejamos perceber que sistema representacional apodera-se dos homens na atualidade. Podemos falar em um sistema representacional? Ou sistemas? Ou falar em sistemas não seria uma forma de ocultar um centro irradiador de poder e de significação? Será que o circuito de comunicação (o falante em sua relação com a palavra e o outro) hoje obedece a uma nova ordem tecnológica nunca vista antes? Ou estamos repetindo, atualizando, em um contexto tecnológico, um modelo representacional esquecido, apagado, mas proferido outrora? Será que conseguimos nos desprender ou criar um sistema fora da metafísica ocidental? Para tentarmos compreender tais inquietações, observaremos a construção dos interlocutores e da linguagem em alguns dos modelos de saber ocidentais, por entendermos que essas categorias são interpeladas e, por sua vez, respondem a um sistema languageiro vigente.

¹ Termo tomado de empréstimo da filosofia de Foucault, portanto, entendida como conjunto de regras de formação, as quais definem o que conta como conhecimento em uma determinada época.

2. As especulações platônicas sobre a representação das coisas e as oposições sofísticas

Começemos, então, pelas especulações platônicas no Fedro:

Necessidade de saber o que é a alma. Partiremos do seguinte princípio: toda alma é imortal, pois aquilo que move a si mesmo é imortal. O que move uma coisa, mas é por outro movido, anula-se uma vez terminado o movimento. Somente o que a si mesmo se move, nunca saindo de si, jamais cessará de mover-se, e é, para as demais coisas movidas, fonte e início de movimento. O início é algo que não se formou, sendo evidente que tudo que se forma, forma-se de um princípio. Esse princípio de nada proveio, pois que se proviesse de uma outra coisa não seria princípio. Sendo o princípio coisa que não se formou, deve ser também, evidentemente, coisa que não pode ser destruída. Se o princípio pudesse se anular, nem ele mesmo poderia nascer de uma outra coisa, nem dele outra coisa, porque necessariamente tudo brota do princípio [...] Cada corpo movido de fora é inanimado. O corpo movido de dentro é animado, pois que o movimento é da natureza da alma (Platão, 2005, 81-82).

Esse trecho do livro elucida o pensamento platônico, visto que, em seu sistema de representação e de significação, todos os gestos são movidos por uma fonte, uma origem primeira, a qual existe por si só num plano imaterial. A definição de uma verdade universal e sua revelação no discurso falado, a sistematização sobre a origem da escritura e da escrita e sua simultânea desvalorização, a constituição das palavras trazem consubstanciadas um pensamento dicotômico apresentado na citação.

O modelo construído por Platão foi validado e reproduzido ao longo da história, principalmente, através daqueles que assumiam o controle do conhecimento. Por seu turno, tal paradigma detinha o poder centralizador da significação, haja vista que, ao longo do tempo, conseguia responder, de modo satisfatório, às problemáticas de um homem que desejava entender sua existência e o mundo. O problema da existência e do mundo foi resolvido através da construção de um ser superior, sublime, incorpóreo e imaterial. Assim, todas as coisas possuíam uma dupla natureza: uma imortal e outra mortal. Mas a origem primeira dos homens e das coisas era imortal. Essa manobra platônica servia para separar, determinar, classificar, nomear, descrever toda a realidade circundante. Cada coisa possuía seu lugar determinado, nada estava fora do lugar.

Por outro lado, para a escola Ática, instituição concorrente, tudo não passa de uma ilusão criada pela linguagem para atender aos desejos e aos interesses dos homens. Parece importante recobrar essa afirmação no Fedro:

267 Sócrates: [...] Mas deixaremos de lado Tísias e Górgias? Esses descobriram que o provável deve ser mais respeitado que o verdadeiro; e chegaram a provar pela força da palavra, que as coisas miúdas são grandes e que as coisas grandes são pequenas, que o novo é antigo e que o velho é novo. Mostraram finalmente como se fala com poucas palavras e como se pode pronunciar um discurso de tamanho infinito. (PLATÃO, 2005, p. 108)

Entretanto, o modelo vislumbrado na citação era visto com desconfiança, uma vez que negava uma presença absoluta inerente às coisas. Ele questionava um centro único gerador de verdade. Enquanto em Platão havia os eleitos, para os sofistas qualquer pessoa que dominasse a técnica de persuasão poderia dissimular e simular uma verdade. O discurso, para os filiados a esse pensamento, não se constitui em uma revelação de uma verdade universal e transcendental, mas um jogo da linguagem que envolve alusões, alegorias, repetições, etc.

Nesse modelo, pressupomos que a linguagem permite um jogo discursivo de poder, em um termo englobante, o jogo da escritura. Isso nos leva a compreender o circuito de significação do signo ou da palavra não necessariamente como representação da coisa em si, mas como aquilo que se pretende fazer acreditar da coisa em si. De um lado, temos o retor como aquele que domina a técnica do discurso e o leitor, ou ouvinte, aparece como aquele que deve ser convencido de uma verdade criada para um fim determinado. Sendo estes, portanto, passíveis de construção, manipulação, modelagem e fabricação.

Com base nesses princípios, a Escola Ática dos sofistas pregava outro sistema de significação que se contrapunha a ideia de saber enquanto entidade imanente. O conhecimento, para os sofistas, era produto de técnicas de persuasão e de simulação. Nesse horizonte, portanto, não existe um criador, mas criadores de utopias no sentido nietzschiano. Uma mesma coisa pode revelar várias verdades de acordo com os interesses da platéia e do orador/retor.

Com isso percebemos que a discussão de Platão se sustenta a partir do que ele não aceita, do que ele nega. Então, em todo pensamento clássico, a significação se dá pela diferença, pelo que não quer ser, pelo que não é e pela luta de poder. Não necessariamente por uma metafísica, por uma ontologia, se pensarmos que as terminologias são constructos, por conseguinte, carregado de ideologias. Noutros termos, Platão não se deu conta de que ao enunciar estava instituindo, estruturando todo um sistema simbólico, sustentado pela linguagem e por uma ideologia, porque o processo de enunciação gera uma estrutura, o enunciado, que, de antemão, responde e é animado por idéias. Ele, na realidade, utiliza-se do próprio veneno, o qual buscava interditar, para poder instaurar um sistema de significação.

Todavia, seria inocente não salientar que o modelo representacional platônico gozava de prestígio, porque quem proferia tais conhecimentos era um representante direto de Deus. Portanto alguém legitimamente instituído para dizer verdades. Nesse caso, o filósofo. E quem proferia as ideias do modelo ático? Os logógrafos, os sofistas, ou seja, pessoas não licenciadas nem preocupadas com a verdade absoluta, mas indivíduos que se utilizavam da linguagem como um meio de ludibriar, enganar, por meio de técnicas, seu auditório. Observemos que o circuito de significação no platonismo obedece a outras regras:

Sócrates: Os melhores discursos escritos são o que servem para reavivar as lembranças dos conhecedores; só as palavras pronunciadas com o fim de instruir, e que de fato se gravam na alma, sobre o que é justo, belo e bom, apenas nela se encontra uma força eficaz, perfeita e divina a ponto de nela empregamos nossos esforços; somente tais discursos merecem ser chamados filhos legítimos do orador, gerados por ele próprio, quando esse orador possui um gênio inventivo, e quando nas almas de outras pessoas eles engendram descendentes e irmãos que sejam dignos de família. Quanto aos demais devemos desprezá-los. (2005, p.123-124)

Numa ponta, temos um ser eleito ao qual serão reveladas as verdades presentes na realidade através do discurso e, do outro lado, temos a audiência, dividida entre aqueles que estão na mesma posição do filósofo, portanto, constituído de reminiscências e aqueles que devem guardar e seguir as revelações, porque são vazios de verdades, sem instruções.

As investigações de Platão e seus partidários sobre o fenômeno da significação custaram um caro legado às sociedades ocidentais precedentes, uma vez que a metafísica platônica foi herdada como uma verdade incontestável, e a descrença em tal pensamento era considerada uma “heresia”. Pensemos rapidamente aqui em Nietzsche que pagou um alto preço quando atualizou os pensamentos sofistas, postulando a morte de Deus, “a destruição radical das aparências, o desencanto do mundo e o seu abandono à violência da interpretação e da história” (BAUDRILLARD, 1991, 197).

Mas voltemos à Grécia. Assim, conforme o modelo metafísico de Platão, a questão da significação do mundo e do homem foi resolvida e/ou hegemonicamente estabelecida a partir de dois planos: o sensível e o inteligível. O mundo sensível é o real, o visível, a inscrição. Já o mundo inteligível se configura em um plano imaterial, ideal, verdadeiro, absoluto, divino, perene e visível apenas através da inscrição.

É interessante ainda ressaltar que não havia nessa relação entre os planos sensível e inteligível nenhuma tensão. A relação era hierarquicamente organizada, tranquila, porque determinada por um Deus, criador dos dois mundos e senhor de todas as coisas. O filósofo, nesse caso, é animado pela alma, ou seja, é apenas um receptáculo de verdades divinas. E o signo é transparente, porque só poderia revelar uma única verdade, a verdade imanente das coisas. Ainda nessa separação entre um princípio, original (referente) e a cópia, o signo dissimula a realidade profunda, deixando intactas as leis dessa realidade. Nesse caso, ele e a realidade fazem parte de um mesmo sistema, obedecem às mesmas regras e leis, porque inspirados pela alma imortal. Vale salientar que não há um movimento recíproco entre o original e a cópia, mas sim unilateral e vertical. Daí a representação ser considerada como inferior.

Nesse sentido, a linguagem tem sua origem, assim como próprio deus Eros, nos dois planos. Ela tem o papel de transmitir e de trazer para si as verdades das coisas. Nessa lógica platônica, o significado ou o conhecimento em si, a essência, o conceito estaria para o plano da verdade e o significante seria uma representação, uma imitação, uma cópia do saber verdadeiro e da coisa em si, por sua vez, corruptível, finito. O signo, outro nome dado à palavra, para tornar-se incorruptível e verdadeiro, deveria obedecer aos seguintes critérios: 1) ser animado pela presença absoluta; 2) ser proferido por um filósofo; 3) ser direcionado para um auditório, que deveria, na verdade, recobrar um conhecimento intrínseco à natureza humana ou ainda guardar os conhecimentos, divulgá-los e segui-los.

Conforme Foucault (2000), nessa *episteme*, o signo representa as coisas no mundo através de um sistema de similitudes. O referente é facilmente identificado e reconhecido pelo signo. Isso significa que o signo tem o poder de tornar presente a coisa em si que está ausente, porque ele é motivado, movido, sustentado por uma presença. Contudo, o similar não pressupõe igualdade, mas semelhança, portanto, baseia-se numa metáfora. Nesse sentido, o signo divinizado, espelho do céu e da terra, não perde seu caráter de cópia e imitação. A representação aqui tem valor negativo, uma vez que é reflexo de uma realidade profunda, metáfora de uma realidade inatingível. Por conseguinte, o representante nunca é a coisa em si, mas

uma máscara, uma deformação do original. Este serve apenas como uma marca que esconde ausência real da fonte.

A ambivalência e o binarismo ordenador que perpassam toda a metafísica platônica foram repetidos inúmeras vezes na história da civilização ocidental (Deus o centro gerador de significação, do verbo) obedecendo à mesma ordem ou invertendo-a, mas mantendo a separação e a hierarquização dos pólos constitutivos da significação. Na realidade, as repetições não são tão visíveis “a olho nu”, já que em cada momento histórico o saber ganha configurações distintas e está a serviço dos interesses ideológicos de um dado espaço-tempo. Só uma análise das regularidades discursivas permite perceber como se processa a atualização do pensamento clássico.

3. A gramática de Port-Royal: a (re)apresentação do platonismo

Analisemos o modelo representacional da escola de Port-Royal para percebemos como o platonismo responde às inquietações dos homens daquela época e lugar:

Até aqui consideramos na palavra apenas aquilo que ela tem de material e que é também comum, pelo menos em relação ao som, aos homens e aos papagaios. Resta-nos examinar aquilo que ela tem de espiritual, que a torna uma das maiores vantagens que o homem tem sobre os outros animais e que é uma das provas da razão: é o uso que dela fazemos para expressar nossos pensamentos, e essa invenção maravilhosa de compor com vinte e cinco ou trinta sons, essa variedade infinita de palavras que, nada tendo em si mesmas de semelhantes ao que se passa em nosso espírito, não deixam de revelar aos outros todo seu segredo e de fazer com que aqueles que nele não podem penetrar compreendam tudo quanto concebemos e todos os diversos movimentos de nossa alma. Assim se pode definir as palavras: sons distintos que se articulam, que os homens transformaram em signos para significar seus pensamentos. É por isso que não se pode compreender bem os diversos tipos de significação que as palavras contêm, se antes não estiver compreendido o que se passa em nossos pensamentos, pois as palavras foram inventadas para dá-los a conhecer. Todos os filósofos ensinam que o nosso espírito há três operações: conceber, julgar e raciocinar (ARNAULD & LANCELOT, 2001, 29).

Observemos que as noções platônicas constituem o pano de fundo que sustenta todos os gestos e os pensamentos sobre o problema da significação. Suas leis e seus princípios regularizam e, concomitantemente, atualizam a metafísica platônica, quando seus fundadores persistem na ideia de uma consciência que existe por si em um plano imaterial, fora da realidade factual. Talvez influenciados pelos pensamentos de Santo Agostinho e pelas ideias jansenianas, Arnauld e Lancelot acreditavam na Predestinação, na Graça e na Queda. Então, o homem original, por conta o pecado, caiu em uma prisão, o corpo mortal e apenas o conhecimento – que é uno e universal – e a razão seriam capazes de restituir-lhe seu estado original. Deus invisível criou o mundo visível. Esse discurso perpassa toda prática de Port-Royal.

Com isso, a linguagem é estudada e difundida como interna e externa. E o signo é constituído por sons e/ou caracteres e do outro lado por significados ou

conceitos. Estes se encontram na alma, no espírito e são natos. Os sons e caracteres, invenção humana, têm como fim único explicar os pensamentos naturais e inatos. A noção de signo repetida aqui evidencia a transparência de lugares. Cada elemento constitutivo do signo tem um lugar específico e claro. Há uma linha bem definida que separa uma face da outra. Como consequência, não cabe aqui a interferência de sujeitos, da história, do social e da própria cultura.

Estendendo o conceito, a natureza e a funcionalidade do signo para as práticas de falar/ouvir, de escrever/ler, Arnauld & Lancelot as tornam mecânicas, na medida em que – fixando de um lado o falar/escrever como traduzir ou como explicar unicamente o que se passa no pensamento, e do outro lado, o ouvir/ler como desvendar, decodificar o que se passa no interior, na alma do outro – polariza e sectariza as funções. Nessa perspectiva, todo pensamento, tudo que se passa no espírito é revelado pela palavra. Não existe jogo, não existe manipulação, apenas raciocínio e comunicação de espírito a espírito. O fragmento que se segue ratifica essa premissa:

Este método visa principalmente àqueles que ainda não sabem ler. É certo que a grande dificuldade daqueles que começam não está em reconhecer as letras, mas sim em agrupá-las. Ora, o que torna isso ainda mais difícil no presente é que, tendo cada letra seu nome, só é pronunciada ao se agrupar com outras. Por exemplo, caso se faça uma criança agrupar *fry*, faz-se com pronuncie *efe*, *erre*, *y* grego; infalivelmente se sentirá confusa quando quiser em seguida agrupar esses três sons para constituir o som da sílaba *fry*. [...] Em seguida seriam ensinados a pronunciar à parte e sem soletrar as últimas sílabas *ce*, *ci*, *ge*, *tia*, *tii*. E os faria compreender que o *s* entre duas vogais se pronuncia como *z*, *miséria*, *misere*, como se fosse *mizeria*, *mizère* etc. Aí estão as observações mais gerias desse novo método de ensinar a ler, que seria certamente muito útil às crianças. (ARNAULD & LANCELOT, 2001, p. 25)

A escola de Port-Royal – instituição de poder – disseminou a ideia de que ler é uma ação simbólica que envolve simplesmente passos mecânicos, lineares e de agrupamentos, já que o signo é pronto e acabado. O sujeito leitor que se inscreve nesse sistema é um indivíduo que precisa necessariamente e unicamente possuir a capacidade inata de elaborar operações lógicas de decifração e agrupamento de caracteres e símbolos. Portanto, ele se encontra fora da língua, por sua vez, tem existência independente.

Essas noções, matizadas agora pela razão iluminista e instauradas pelo modelo de Arnauld e Lancelot, custaram muito caro às gerações precedentes, porquanto a linguagem e o signo não possuíam ambiguidades. Os mal-entendidos eram problemas localizados unicamente no receptor que não sabia decodificar o pensamento do outro. Além disso, a ambiguidade não podia ser sustentada, haja vista que o pensamento era puro, presumia um cálculo, uma lógica e era resultado do intelecto, não das relações de poder estabelecidas num contexto histórico.

A natureza racional da linguagem foi levada às últimas consequências. Era a verdade primeira, imutável e imortal do pensamento daquela escola. Basta lembrar a tentativa de determinar os princípios universais que deveriam pertencer a todas as línguas. Nesse sentido, havia princípios gerais para escrever e ler, para o escrevente e o leitor. A problematização dessa questão não quer dizer que estamos

tentando anular os princípios gerais da língua(gem) que geram tais práticas, mas sim a questão da imanência desses princípios.

4. O paradigma representacional de Saussure: o platonismo às avessas

Vejam agora como Saussure se apropria desse pensamento. No sistema representacional saussuriano, a língua(gem) se desprende do referente, posto que é orientado por uma lógica que não corresponde necessariamente à lógica das coisas em si. Nesse ponto, o fundador da linguística distingue o que é natural do que é artificial:

Ela [a língua] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, *indubitavelmente*. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo, física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em categorias de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. [...] A esse princípio de classificação poder-se-ia objetar que o exercício da linguagem repousa numa *faculdade que nos é dada pela natureza*, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele. [...] não é a linguagem que é natural ao homem, mas a faculdade de constituir uma língua, vale dizer; *um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas* (SAUSSURE, 2006, 17).(grifo nosso)

Saussure deixa entrever que a faculdade de pensar e raciocinar é inerente à natureza humana e que a língua, artificial e convencional, organiza esse pensar e o mundo. Para ele, caso a língua não existisse, o pensamento seria uma massa amorfa e indistinta. Noutra dicção, a língua é um dos meios mais eficazes de compreensão do funcionamento da faculdade que nos é dada pela natureza. Contudo, mais adiante ele afirma que isso não implica que a língua se sobreponha à linguagem, pois é, na verdade, um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas. A língua permanece sendo uma representação do pensamento, baseada no princípio de similitudes. A representação aqui não se distancia da tradição clássica. Tem caráter de mera cópia do interior, do imaterial, do que existe por si só. Apesar de não ter discutido a questão profundamente, ele já considera a importância do social, do exterior na materialização do interior.

O problema do modelo de significação saussuriano, talvez, encontre-se na própria noção de signo. O significante – imagem material – possui regras e princípios diferentes das regras de significação – imagem imaterial. Obedecendo às leis de valor, da diferença e da associação, as quais seriam inerentes ao próprio significante, ele acreditava que o significado poderia ser definido através do mesmo processo lógico de constituição dos fonemas, dos morfemas e dos sintagmas. Por uma palavra, o significado era determinado por seu valor objetivo numa cadeia de oposições estruturais. Nessa cadeia, era inconcebível a ideia de um signo significar

dois objetos ao mesmo tempo; aliás, não eram imagináveis duas interpretações ou dois sentidos para um mesmo objeto ou significante.

Nesse sentido, o teórico genebrino não consegue se desprender da tradição clássica de imanência. O signo permanece transparente, porque só pode existir se estiver ligado diretamente à nomeação, à descrição dos objetos no mundo factual e do mundo interior. A língua não cria o objeto, mas o objeto dá forma à língua, a qual dá forma ao pensamento. Desse modo, existe um sistema de coisas: no meio, temos o homem – que pertence ao sistema de coisas – e, na outra ponta, temos o sistema linguístico que serve como representação da realidade e do pensamento.

Baseada nessas noções, podemos refletir ainda sobre o processo de significação no modelo de comunicação saussuriano:

Para achar, no conjunto da linguagem, a esfera que corresponde à língua, necessário se faz colocarmo-nos diante do ato individual que permite reconstituir o circuito da fala. Este ato supõe pelo menos dois indivíduos; é mínimo exigível para que o circuito seja completo. Suponhamos duas pessoas A e B que conversam. O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de uma delas, por exemplo, A, onde os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações de signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los. [...] o circuito [...] pode dividir-se ainda: a) numa parte exterior (vibrações indo da boca ao ouvido) e uma parte interior, que compreende todo resto; b) uma parte psíquica e outra não-psíquica, incluindo a segunda também os fatos fisiológicos, dos quais os órgãos são a sede, e os fatos físicos exteriores ao indivíduo; c) numa parte ativa e outra passiva; é ativo tudo que vai do centro de associações duma das pessoas ao ouvido da outra, e passivo tudo que vai do ouvido deste ao seu centro de associação (SAUSSURE, 2006, 19-20)

O modelo de comunicação descrito pelo teórico atualiza o discurso de Port-Royal onde a situação de comunicação, o contexto histórico são o que menos importa. É fundamental que cada indivíduo obedeça à hierarquia determinada nesse modelo para se alcançar a significação. Observemos a passividade, a transparência e a descrição racional e simplista do modelo de escrevente² e de leitor proposto por Saussure. O sujeito A, ativo, possui intrínseco ao cérebro todos os conceitos que devem ser ajustados e representados pelos significantes, e o sujeito B, passivamente, deve decifrar os significantes, os quais levarão aos conceitos também imanentes. A significação não depende de quem fala, nem da intervenção de um sujeito assujeitado a uma situação histórica e às instituições, uma vez que, no circuito proposto por Saussure, o indivíduo comunica apenas fatos de sua consciência. Os sujeitos A e B, representando, respectivamente, um emissor e um receptor são seres que têm existência fora da língua, são os sujeitos da biologia e da psicologia, ou seja, são os sujeitos universais.

Em virtude disso, o texto, nessa perspectiva, nada mais é do que uma unidade maior de sentido autônoma, com formas fechadas e delimitadas, constituídas por unidades menores, as quais seguem uma ordem lógica de aglutinação para formar em linhas horizontais o todo significativo. Por outro meio, o texto é produzido por intermédio de estruturas fonético-fonológicas, morfológicas,

² Termo tomado de empréstimo de Derrida na obra Gramatologia, que tem acepção tanto de sujeito falante quanto de sujeito escritor.

sintáticas e semânticas prontas, encerradas em si mesmas. Dado isso, é possível pensar em um sujeito-escrevente, que se inscreve ou que é inscrito nesse espaço, como um selecionador de unidades imanentemente significativas e o sujeito-leitor é um decodificador das unidades dadas.

Dessa maneira, as práticas de escrita e de leitura, enquanto práticas de significação simbólicas, tiveram – talvez seja muito pretensioso de nossa parte colocar o verbo no passado – como diretriz dominante as orientações ideológicas do modelo estruturalista. Isso significa dizer que o estruturalismo, enquanto uma formação ideológica e de poder, decidia que discurso de ler e de escrever devia ser propalado por outros aparelhos ideológicos (escola, a igreja, mídias etc.). Cabia, pois, a essa ciência definir que tratamento científico ou não deveria ser dado tanto aos estudos linguísticos quanto à noção e à apreensão do sentido de um texto.

Durante muito tempo, baseado nesse sistema representacional, repetiu-se o discurso de ler e escrever como atos mecânicos, não cabendo ao sujeito-leitor função no processo de construção de sentido (a recepção não era vista como um problema, já que o signo era transparente, inconfundível). Nessa *episteme*, os sujeitos estavam subordinados a um sistema de representação realista. Portanto, todos os textos deveriam permitir uma única leitura: a leitura do autor, detentor do sentido. A esses tipos de representações, Barthes denominava de “textos legíveis e transparentes” (SILVA *apud* BARTHES, 2006, p. 39).

Essa postura reforça a ideia de que o texto só pode possibilitar uma leitura e o leitor tem apenas de seguir a lógica horizontal traçada pelo escritor para alcançar o sentido. Nesse caso, o sujeito-escrevente está autorizado a, assim como os filósofos, instaurar sentido, enquanto que o leitor tem apenas de apreender os sentidos postos por ele. Para tanto, o sujeito-escrevente deve copiar a realidade para que o leitor, sustentado no real, possa decifrar a representação. O texto deve ser, portanto, um efeito do real. Permanece aqui a hierarquia e a submissão do escritor e do leitor ao um sistema que está antes fora da língua.

5. O modelo de representação de Bakhtin: um (re)torno da sofística?

Já no modelo representacional de língua(gem) de Bakhtin (1997), vislumbramos um outro jogo da escritura, sustentado, agora, no social. Fica evidente a tentativa de inscrever o sujeito-escrevente e o sujeito-leitor como participantes do processo de significação. Com o propósito de confirmar a sua tese, reconhece que o indivíduo não deve ser visto meramente do ângulo psicológico ou biológico, mas sim do ponto de vista da história e do social. Nesse sentido, eles são seres históricos, assujeitados a uma ideologia, na medida em que são constructo dela e da linguagem. Vejamos que ele compreende a linguagem, em um processo inverso. Para russo de Oril, a linguagem é um sistema aberto, forjado no social, na cultura e na história, a partir da interação entre indivíduos situados. Os homens, nesse jogo, são costurados, animados por um conjunto de ideias que escondem a ausência da presença do ser transcendental. Fica deflagrado que o sistema de significação, dessa *episteme*, são construções sociais e discursivas dos grupos que estão em posição de dirigir o processo de produção de sentido. Leiamos:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da

enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1997, p.125)

Esse trecho indicia os conceitos fundamentais para o entendimento do pensamento bakhtiniano. Observemos que ele se sustenta, novamente, no sistema de diferença para construir um todo organizado simbólico da significação. Nele é localizável a noção estrutural saussuriana de língua enquanto um sistema abstrato, estável, imutável, morto, e, sobretudo, natural do indivíduo falante. Para Bakhtin, tal conceituação só é pertinente a partir de um contexto de análise científica de abstração. Contudo, a conceituação saussuriana, se colocada num contexto real de funcionamento da língua, cai por terra, haja vista que não consegue dar conta dos fenômenos que surgem e que constituem a língua viva. Além disso, segundo o estudioso russo, a língua humana não se esgota num ato fisiológico e até mesmo este ato passou pelo crivo da interação verbal para que viesse se efetivar. Com isso, Bakhtin quer evidenciar o caráter sociológico e ideológico da língua.

As abordagens predecessoras de Saussure, que defendem a ideia de uma língua poder se constituir a partir de uma enunciação monológica, e que a *psique* individual é fonte natural da língua, são questionadas por Bakhtin. Nesse caso ele afirma que a atividade do sujeito falante é dirigida pelo exterior, pelo social. Não é o interior que orienta, coordena, determina o exterior. Mas, é o exterior essencialmente que organiza todos os pensamentos, toda atividade mental do sujeito.

Segundo ele, é o contexto imediato, a classe social, o momento histórico e econômico que determinam a atividade mental do sujeito, num movimento de reversibilidade, ou seja, de algo apreendido do exterior, significado no interior e expresso através das enunciações, as quais, através da regularização e uso constante, imprimem aparentemente um caráter estável à linguagem.

Além disso, a discussão travada por ele sobre o processo de concretização da expressão que passou pelo crivo do exterior/interior esclarece uma outra questão. A língua não pode ser considerada unilateral ou apenas individual, como podemos vislumbrar no excerto abaixo:

A linguagem é considerada do ponto de vista do falante, como que de *um* falante sem a relação *necessária* com *outros* participantes da comunicação discursiva. O enunciado satisfaz ao objeto (isto é, ao conteúdo do pensamento enunciado) e ao próprio enunciador. [...] Nos cursos de linguística geral [...] aparecem com frequência representações evidentemente esquemáticas dos dois parceiros da comunicação discursiva – o falante e o ouvinte [...]; sugere um esquema de processos ativos de discursos no falante e de respectivos processos passivos de recepção e compreensão do discurso no ouvinte. [...] [No entanto], toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau de ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prehe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante.

A enunciação, segundo Bakhtin, é considerada individual à medida que reflete uma organização, um estilo singular de arrumação do arsenal linguístico disponível no processo de interação. Todavia, se ela é construída para um auditório, para *outrem*, não pode ser classificada como monológica e individual. O signo, para o teórico em questão, possui dois pólos: o do locutor – que nesse momento é senhor

da palavra; e do interlocutor – que é o co-partícipe da enunciação, já que o fim do mesmo é a mediação no intercâmbio verbal. Somando-se a isso, o processo de responsividade presente na representação da comunicação discursiva bakhtiniana, evidencia a importância do *Outro* na elaboração do saber e do dizer. Todo saber é construído através do Outro e para o outro, do qual se deseja sempre um comportamento ativo.

O signo e sua significação são constituídos, assim, num processo ininterrupto de interação verbal que envolve principalmente a situação imediata de comunicação, as instituições, as ideologias e os participantes do processo interativo. Por conseguinte, a palavra é sempre dupla, ou seja, pertence a um *eu* e a um *O-outro*.

Com base nisso, Bakhtin define a língua(gem) como um sistema aberto de construção ininterrupto que está subordinado a um contexto histórico e econômico o qual possibilita a construção da língua, do sujeito e da realidade circundante.

Nesse horizonte epistemológico, não podemos definir o significado *a priori*, haja vista que o signo é ideológico, e sua significação é resultado das relações sociais, históricas e culturais. O signo, nessa perspectiva, traz consigo toda tensão presente na realidade. Isso significa afirmar que nele se inscreve poder, ideologia, o social, o cultural, o histórico e o sujeito. E é esse último – o qual se movimenta de modo tenso e conflitante dentro dos discursos – que permite denunciar a transitoriedade do signo, a presença de um lugar, de um espaço outro e do Outro que o atravessa.

Diante disso, o questionamento que se faz é: o signo deixou de representar o real? Somos levados a pensar que não. Não somos tão nihilistas como Baudrillard. O modo de inscrição desse real é que mudou. O real existe na e pela linguagem, não fora dela. Nesse sentido, houve uma inversão, o signo se despreendeu do pai, do *logos* divino, pois signo o criou. Segundo Derrida (2008), o sistema de significação obedece à lógica da *différance*, da mundanidade, portanto, obedece a movimento dialético e ordenador de negar/afirmar, estruturar/desestruturar, do dentro/ do fora.

O signo, nessa *episteme*, ganha uma outra coloração, haja vista que o significante segue a uma ordem estrutural e racional de valor e diferença, e o significado fica sob rasura, pois é ordenado antes pelas leis do discurso, as quais permitem ou não a significação de práticas sociais a partir de formações ideológicas e discursivas. A realidade é organizada discursivamente. Nessa perspectiva, o signo é ainda mais violento e perigoso, porque não sabemos de onde ele vem nem temos controle de sua circulação, já que não existe um princípio fundador de verdade, mas sim princípios fundadores de verdades e não-verdades. Isso não implica, necessariamente, no afastamento de um em detrimento da presença do outro. É antes pelo movimento de verdade e não-verdade que o signo se constitui.

Com efeito, o signo, agora liberto do referente, manipula, dissimula e cria efeitos de verdade. É antes pela posição de poder assumida pelo sujeito e pelas formações discursivas que a realidade é soerguida, constituída, nomeada, classificada, descrita e explicada. Por outro termo, já não existe um poder central nem um núcleo irradiar de sentido (sujeito/coisas), ou pelo menos este se encontra apagado, podendo se ver apenas vestígio dele aqui e ali ao mesmo tempo, porque ele é ubíquo. Já não é possível pensar em um original, um absoluto, incorruptível, mas simulações do original e do absoluto através da suplementação, da repetição e da tentativa de apagamento de uma presença.

E os sujeitos do circuito de significação? Se a linguagem se mantém a partir do movimento estruturante e desestruturante, de manipulação e de dissuasão, do conceito esvaziado de uma origem divina e totalizante e, ao mesmo tempo,

centralizador, transbordante, porque processo e resultado de uma hiperrealidade, os interlocutores contemporâneos são reflexos e refração de um universo hiper-real.

Nesse horizonte, eles não podem ser definidos fora de um jogo de sedução, de uma ordem mercadológica e tecnológica, instauradas pela e numa realidade discursiva. Eles são produtos, invenções do mundo das mercadorias, são signos de um conjunto de signo, não do real. Nessa medida, são plurais e polissêmicos.

Apesar das tentativas de estruturar os princípios e regras do processo de configuração dos interlocutores contemporâneos, é complexo e incoerente tentar fechar um conceito desses sujeitos do circuito de comunicação em halo totalizante. Eles escorregam e não se deixam pegar, pois são multifacetados, constituindo-se a partir de uma cena enunciativa dada e da intenção manipuladora dos próprios participantes. São, por seu turno, seres do *devenir*. O único traço sinalético dos interlocutores é o vir a ser dentro de uma lógica da repetição e atualização de uma posição e de um lugar discursivo. Tudo isso torna evidente que devemos entendê-los não através do que eles são, pois cairíamos numa questão metafísica, mas sim através de como eles se constituem. Os sujeitos da significação são uma explosão por dentro do seu próprio significado. A explosão se dá a cada nova enunciação, pois o indivíduo é obrigado a usar uma roupagem diferente em cada solicitação do outro.

Nesse contexto, temos de pensar a escritura e a leitura como práticas instáveis, móveis, elásticas que obedecem a uma ordem interacionista. O escrevente e o leitor são atravessados pela história e são motivados pelas relações sociais e de poder estabelecidas e configuradas nos infinitos contextos comunicativos de uma dada comunidade.

O texto, por sua vez, é uma instância dinâmica, é o espaço por excelência onde sujeito-escrevente e sujeito-leitor interagem, criam regras para o jogo discursivo e é onde se dá o embate entre esses dois participantes, para que signifiquem o mundo e a si mesmos. O texto é um espaço vazio, mas não esvaziado, que deverá ser preenchido pelos participantes do processo de significação através de estratégias e pistas construídas no enunciado. Observemos que, nesse modelo, os sujeitos são criados, projetados e inscritos na e pela linguagem.

Mas voltemos a uma questão suscitada no início desse ensaio: não estaríamos aqui atualizando, suplementando e elevando ao último grau um pensamento sofista proferido na época clássica? Acreditamos ter respondido, não estruturalmente, mas através da posição assumida e do fio discursivo que amarrou este artigo.

Conclusão

Os homens, na tentativa de justificar a própria existência, erguem, de acordo com as suas necessidades, edifícios de significação da realidade por intermédio do signo ideológico ou semiótico. Este é, por seu turno, sustentado por um sistema ideológico, o qual traz imbricado conhecimento e poder. Seguindo esta senda, Platão, com o idealismo, instituiu um plano transcendental a fim de explicar os fenômenos humanos e naturais. Em contrapartida, no movimento dialético, os sofistas viram na linguagem o fundamento do mundo e da realidade.

Essas duas posições foram regularizadas e atualizadas em contextos históricos diversos, dando, com isso, para elas roupagens também distintas. Tanto Saussure quanto Bakhtin, ao revestirem de cientificismo o idealismo e a retórica sofista respectivamente tendem a revelar que o sentido é dirigido por quem detém o

conhecimento. No movimento de repetição e atualização desses dizeres, o acesso à realidade não está pronto e acabado. Ele é aberto e construído incessantemente para atender os interesses de um grupo ou de uma comunidade. Diante disso, é possível asseverar que só temos acesso à realidade através de um sistema complexo de significação, construídos por homens socialmente organizados, dentro de uma relação de poder. Fora dessa lógica, resta o caos. Isso corrobora a ideia de que ainda que sob o signo da imanência, Platão e seus partidários foram tão retóricos quanto os sofistas.

Seguindo essa lógica, podemos pensar que “os discursos, tais como as representações, situam-se num campo estratégico de poder” (SILVA, 2006, p. 45). E que a questão de imanência já é de imediato antes uma questão de poder. Uma questão que envolve, sobretudo, aqueles que estão em posição de dirigir o processo de significação. Nas palavras de Santos (2010), “o discurso produz aquilo que não existe e o seu efeito é tão real quanto às condições reais de existência, a própria realidade. As relações de poder, que são também relações sociais, regulam os dizeres e seus efeitos de sentido”.

* * *

Referências

ARNAULD, Antonie; LANCELOT, Claude. **Gramática de Port-Royal**. Trad. Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Gramatologia**. Trad. Rogério da Costa. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PLATÃO. **Fedro**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, T. T. da. O currículo como representação. In.: **O currículo como fetiche e a política da representação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS, Eliene Alves. **Ensaio sobre A Representação da Repetência nos Domínios Discursivos: um caso de disciplina e de poder**. Trabalho apresentado na disciplina Linguagens e Representações do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2010. [no prelo]